



PROJETO DE LEI Nº 6852, de 2006
(Do Poder Executivo)

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao § 9º do artigo 11, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescido pelo **Artigo 2º** do Projeto de Lei nº 6852, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.....
§ 9º.....

VI – a participação em sociedade cooperativa de produção agropecuária;”

JUSTIFICATIVA

Ao disciplinar sobre a contribuição previdenciária a cargo das cooperativas a lei nº 10.666/03 definiu duas novas figuras: as cooperativas de produção e as cooperativas de trabalho. Para as cooperativas de trabalho a matéria restou regulamentada na Lei nº 10.666/03. No entanto, quanto às cooperativas de produção, a lei foi omissa.

A fiscalização da Previdência Social tem interpretado que como o parágrafo 4º do artigo 22.A da Lei nº 8.212/91 afastou a contribuição incidente sobre a comercialização quando se tratar de sociedades cooperativas; o Decreto 3.048/99, art. 9º, inciso V, letra “n” enquadra os cooperados de cooperativa de produção como contribuintes individuais; e como o artigo 4º, § 1º, da Lei 10.666/03, determina que “**as cooperativas de trabalho** arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual”, as cooperativas de produção estariam obrigadas às mesmas regras, e os seus associados não se enquadrariam mais como segurados especiais mas como contribuintes individuais.

A presente emenda, portanto, pretende dirimir definitivamente esta dúvida fazendo constar de modo expreso na Lei que a cooperação agrícola não descaracteriza a condição de segurado especial.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2006.

DEP. LUCI CHOINACKI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, propõe-se suprimir do inciso I a dualidade de limites para o arrendamento rural, passando a constar um único limite de 50% (cinquenta por cento). Também, não faz sentido a distinção entre arrendamento para parentes ou para terceiros, sendo muito mais comum a no primeiro caso o contrato de parceria, com a meação, terça ou outra forma de participação na produção. O contrato de arrendamento é um instrumento normalmente utilizado com terceiro.

Por outro lado, o projeto impõe uma condição ao segurado especial impossível de ser cumprida, ou seja, a de que o arrendante também permaneça na atividade rural. Ora, trata-se obrigação pessoal que não pode ser imputada ao arrendador. Neste sentido somente faz sentido a condição imposta diretamente ao segurado especial, de que este permaneça na atividade.


Propõe-se também suprimir a limitação do tempo em que o agricultor familiar poderá explorar os potenciais turísticos da propriedade. A proposta de limitação é, inclusive, contraditória com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que prevê linha especial de financiamento para o desenvolvimento do turismo rural. A limitação proposta, na verdade, inviabiliza a atividade econômica complementar.

No inciso III, propõe-se a supressão da expressão “não remunerado”, uma vez que no artigo seguinte admite-se que não perde a condição de segurado especial aquele que receber qualquer retribuição pecuniária pelo exercício de cargo de dirigente sindical.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2006.


DEP. LUCI CHOINACKI


LUÍZ EDMUNDO - PSD


Henrique Fontana - PT